



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUB-SECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 3, março 2010. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em março foi deficitário em R\$ 4,6 bilhões, contra déficit de R\$ 1,1 bilhão em fevereiro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 6,7 bilhões e R\$ 116,0 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em março de 2010 foi deficitário em R\$ 4,6 bilhões, contra déficit de R\$ 1,1 bilhão em fevereiro.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	FEV 2010	MAR 2010	JAN-MAR 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	57.107,2	62.550,3	167.101,7	193.556,6
I.1. Receitas do Tesouro	41.701,1	46.492,6	127.240,2	147.855,0
I.1.1. Receita Bruta (1)	42.030,1	46.767,0	128.167,8	149.285,7
I.1.2. (-) Restituições	-329,0	-274,4	-927,6	-1.425,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-5,2
I.2. Receitas da Previdência Social	15.207,3	15.882,9	39.410,6	45.166,3
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	14.884,1	15.506,0	38.469,5	44.110,5
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	323,2	377,0	941,1	1.055,8
I.3. Receitas do Banco Central	198,8	174,8	450,9	535,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.953,3	9.015,0	29.566,3	32.618,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	44.153,9	53.535,3	137.535,4	160.937,8
IV. DESPESA TOTAL	45.245,0	58.139,2	128.042,4	152.766,3
IV.1. Despesas do Tesouro	26.088,1	35.239,0	76.015,5	92.755,1
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.139,5	15.159,4	38.821,8	41.521,5
IV.1.2. Custeio e Capital	13.835,4	19.983,3	36.939,7	50.945,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.799,6	2.077,7	5.084,9	5.302,9
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	661,0	1.125,0	-36,6	2.751,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.977,7	1.830,2	4.469,8	5.395,4
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.397,1	14.950,5	27.421,6	37.495,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	6.815,5	10.878,7	23.022,0	27.982,1
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.581,6	4.071,8	4.399,6	9.513,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	113,2	96,3	254,0	288,0
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	18.988,4	22.609,3	51.466,2	59.382,2
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.201,6	18.096,7	41.178,1	47.545,6
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.786,8	4.512,6	10.288,1	11.836,6
IV.3. Despesas do Banco Central	168,4	290,9	560,7	629,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-1.091,0	-4.603,9	9.493,0	8.171,5
VI.1. Tesouro Nacional	2.659,7	2.238,6	21.658,4	22.481,1
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.781,1	-6.726,4	-12.055,6	-14.215,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-317,5	-2.590,8	-2.708,5	-3.435,1
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.463,6	-4.135,6	-9.347,0	-10.780,8
VI.3. Banco Central (6)	30,3	-116,0	-109,8	-93,7
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,32%	1,02%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-MAR %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-1,9%	15,8%
Tesouro	-5,5%	16,2%
Previdência	11,7%	14,6%
Transferências	-6,0%	10,3%
Receita Líquida	-1,0%	17,0%
Despesas	18,9%	19,3%
Benefícios	14,3%	15,4%
Pessoal	24,8%	7,0%
Custeio e Capital	19,7%	37,9%
FAT	38,2%	4,3%
Subsídios	-103,3%	-7620,2%
LOAS/RMV	22,0%	20,7%
Outras	22,2%	36,7%
Custeio	24,2%	21,5%
Capital	13,1%	116,2%
PIB	3,4%	11,2%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 4,7 bilhões (11,3%), passando de R\$ 42,0 bilhões em fevereiro para R\$ 46,8 bilhões em março. Essa evolução decorreu principalmente: i) do incremento do IRPJ e da CSLL em função do encerramento do prazo para pagamento desses tributos

referente à Declaração do ano de 2009; e ii) do crescimento do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido ao pagamento de participação nos lucros ou resultados por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo na arrecadação desse tributo em março.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,0 bilhões em março, contra R\$ 13,0 bilhões no mês anterior, apresentando queda de 30,4%. As transferências constitucionais registraram R\$ 7,0 bilhões, com redução de 25,2% frente a fevereiro, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de fevereiro, transferido em março.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/10	MAR/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.316,4	6.968,0
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.474,4	1.884,5
Total	12.953,3	9.015,0

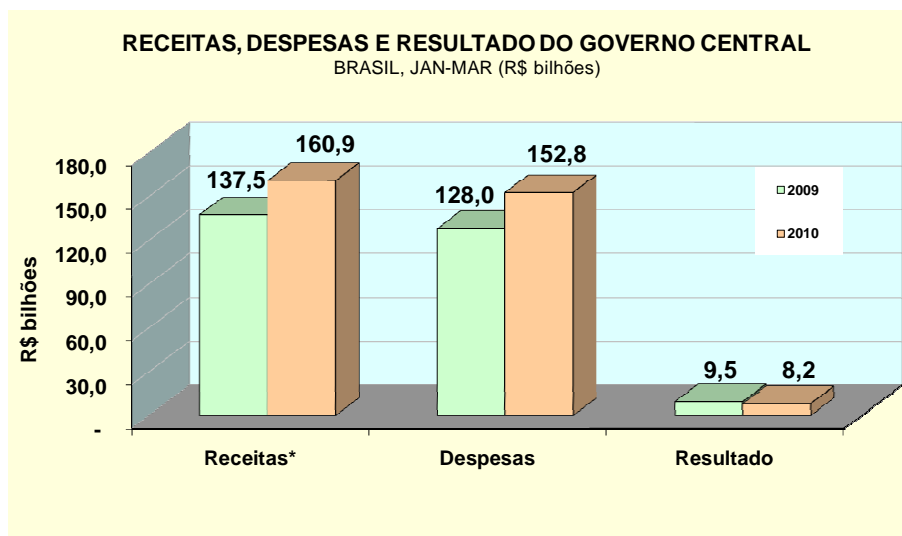
¹Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se a aumento de R\$ 9,2 bilhões (35,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a fevereiro. Verificou-se crescimento de R\$ 4,4 bilhões nas despesas discricionárias, principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 1,1 bilhão), da Educação (R\$ 1,0 bilhão) e da Defesa (R\$ 866,3 milhões). Por sua vez, os gastos com pessoal e encargos sociais apresentaram incremento de R\$ 3,0 bilhões, explicados principalmente pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios alimentícios no montante de R\$ 3,1 bilhões em março, contra R\$ 124,5 milhões em fevereiro.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 6,7 bilhões, contra déficit de R\$ 3,8 bilhões apurado em fevereiro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 675,6 milhões. Os benefícios previdenciários, por sua vez, aumentaram de R\$ 19,0 bilhões, em fevereiro, para R\$ 22,6 bilhões, em março (19,1%). Essa variação é explicada pelo pagamento de R\$ 3,7 bilhões de precatórios em março contra pagamento de R\$ 127,9 milhões no mês anterior. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões no mês, contra R\$ 317,5 milhões em fevereiro. A parcela rural registrou déficit de R\$ 4,1 bilhões em março. No mês anterior, esse valor havia atingido o montante de R\$ 3,5 bilhões.

No trimestre, o resultado primário do Governo Central foi superávitário em R\$ 8,2 bilhões, contra R\$ 9,5 bilhões registrados em igual período de 2009. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 822,7 milhões no superávit do Tesouro Nacional, o aumento de R\$ 2,2 bilhões no déficit da Previdência e a redução de R\$ 16,1 milhões no déficit do Banco Central.

No primeiro trimestre de 2010 o Governo Central apresentou superávit equivalente a 1,02% do PIB.



RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	3,02%	2,82%
Previdência Social	-1,68%	-1,78%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	1,32%	1,02%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 16,5% (R\$ 21,1 bilhões) relativamente ao primeiro trimestre de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) incremento de R\$ 7,2 bilhões na Cofins e de R\$ 1,4 bilhão no PIS-Pasep, devido à compensação de débitos no montante de R\$ 2,6 bilhões, às desonerações concedidas em 2009 e ao crescimento no volume de vendas em 2010; ii) aumento na arrecadação de CIDE-Combustíveis, IOF e IPI em função de compensações no valor de R\$ 1,0 bilhão e desonerações aplicadas em 2009 e de alterações na legislação tributária; iii) crescimento na arrecadação da cota-parte de compensações, de dividendos e de outras receitas. Estas últimas cresceram em consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são os repasses de royalties e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo, bem como as maiores transferências a título de complementação do Fundeb (crescimento de R\$ 729,0 milhões) e do apoio financeiro instituído pela Lei nº 12.058/2009.

No acumulado até março de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 16,7 bilhões (22,0%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 2,7 bilhões nas despesas de pessoal e encargos sociais; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 8,0 bilhões; iii) incremento de R\$ 2,1 bilhões nas despesas com o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em função do retorno líquido de R\$ 2,1 bilhões em 2009 para um retorno líquido de R\$ 3,5 bilhões em 2010; iv) pagamento de R\$ 1,6 bilhão em sentenças judiciais no primeiro trimestre de

2009, contra R\$ 99,3 milhões em igual período de 2010. Cumpre salientar o incremento de R\$ 5,1 bilhões (116,2%) dos investimentos até março de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 2,4 bilhões (151,6%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Os investimentos cresceram 116,2% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 151,6%.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi aumentado em 17,9% (R\$ 2,2 bilhões) relativamente ao primeiro trimestre de 2009, alcançando R\$ 14,2 bilhões frente aos R\$ 12,1 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,8 bilhões (14,6%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 7,9 bilhões (15,4%).

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 3,4 bilhões, que corresponde a 24,2% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 10,8 bilhões (75,8% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em decorrência de fatores sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 11,3% relativamente ao mês anterior.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 46,8 bilhões em março contra R\$ 42,0 bilhões verificados em fevereiro (crescimento de 11,3%). Este comportamento é explicado pelos aumentos de R\$ 4,0 bilhões nas receitas de impostos e de R\$ 1,2 bilhão nas de contribuições, combinados com a queda de R\$ 426,2 milhões nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 21,6 bilhões e as de contribuições R\$ 18,6 bilhões em março, apresentando, em seu conjunto, crescimento de R\$ 5,2 bilhões (14,7%) em relação aos valores apurados em fevereiro. Essa evolução reflete: i) o incremento de R\$ 1,8 bilhão na arrecadação do IRPJ e de R\$ 593,7 milhões na CSLL, em função do encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo desses tributos referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2009; ii) crescimento de R\$ 1,6 bilhão na arrecadação do IRRF, impactado, especialmente, pelo item “rendimentos do trabalho” (aumento de R\$ 1,0 bilhão) devido ao pagamento de valores de participação nos lucros ou resultados por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo na arrecadação desse tributo em março.

A redução de R\$ 426,2 milhões na arrecadação das demais receitas do Tesouro Nacional foi influenciada pela diminuição de R\$ 983,2 milhões na arrecadação de dividendos e pelo aumento de R\$ 487,9 milhões nas receitas diretamente arrecadadas.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,7% do PIB no primeiro trimestre de 2010, dos quais 8,5% correspondem à arrecadação de impostos, 7,4% às contribuições e 2,7% relativos às demais receitas.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO¹	FEV/10	MAR/10
Impostos	17.630,9	21.624,9
Imposto de Renda	11.801,8	15.204,6
IPI	2.548,8	2.751,5
Outros	3.280,2	3.668,8
Contribuições	17.381,5	18.550,6
Cofins	10.112,4	10.485,7
CPMF	13,1	5,0
CSLL	2.835,6	3.429,3
Cide - Combustíveis	680,1	586,2
Outras	3.740,3	4.044,4
Demais	7.017,7	6.591,5
Cota parte	1.330,2	1.271,8
Diretamente Arrecadada	1.624,3	2.112,3
Dividendos da União	2.052,2	1.069,0
Concessões	7,1	19,0
Outras	2.003,8	2.119,4
Total Bruto	42.030,1	46.767,0

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Comparada ao primeiro trimestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 21,1 bilhões (16,5%), passando de R\$ 128,2 bilhões para R\$ 149,3 bilhões. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelos crescimentos do volume geral de vendas e da produção industrial, por alterações na legislação tributária e por compensações realizadas em 2009, sem correspondência em 2010.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 7,2 bilhões na Cofins e de R\$ 1,4 bilhão no PIS-Pasep, devido: i) à compensação de débitos dessas contribuições, em janeiro e fevereiro de 2009, no valor de R\$ 2,6 bilhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; ii) ao crescimento de 11,9% no volume de vendas de janeiro a fevereiro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009; iii) às desonerações promovidas pelas Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- aumento de R\$ 1,8 bilhão da CIDE-Combustíveis em função das compensações, no valor de R\$ 1,0 bilhão, no período de janeiro a março de 2009, e do aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel conforme Decreto nº 6.875/2009.
- crescimento de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação do IOF refletindo o aumento da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009.
- incremento de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação de IPI, refletindo: i) a mudança do prazo de apuração e recolhimento do IPI-Fumo estabelecida pela Lei nº 11.993/2009; ii) o ajuste linear de 23,5% das alíquotas do IPI-Fumo; iii) a alteração da tabela de incidência do IPI-Automóveis conforme Decreto nº 6.687/2008; iv) o crescimento de 17,2% na produção industrial acumulada de janeiro a fevereiro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009, impactando o IPI-outros; v) as desonerações instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009 e 7.017/2009.
- crescimento de R\$ 295,1 milhões na arrecadação de IRRF, refletindo: i) o crescimento de R\$ 1,4 bilhão no imposto sobre rendimentos do trabalho, devido ao crescimento da massa salarial e a alteração da tabela de incidência do IRPF (Lei nº 11.945/2009); e ii) as diminuições de R\$ 450,0 milhões no imposto sobre os rendimentos de capital e de R\$ 679,9 milhões no IRRF sobre remessas ao exterior.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 6,1 bilhões (38,8%) em relação ao primeiro trimestre de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 2,4 bilhões (58,6%) na arrecadação relativa à

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,92%	8,54%
Imposto de Renda	6,77%	6,22%
IPI	0,95%	1,03%
Outros	1,19%	1,30%
Contribuições	6,76%	7,44%
Cofins	3,47%	4,02%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,79%	1,58%
Cide - Combustíveis	0,02%	0,25%
Outras	1,47%	1,59%
Demais	2,19%	2,73%
Cota parte	0,57%	0,81%
Diretamente Arrecadada	0,84%	0,75%
Dividendos da União	0,31%	0,40%
Concessões	0,03%	0,03%
Outras	0,44%	0,74%
Total Bruto	17,86%	18,72%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	15.685,7	21.775,8
Cota parte	4.059,9	6.439,3
Plano do Servidor (CPSS)	2.066,7	2.297,9
Diretamente Arrecadada	6.011,4	5.965,9
Dividendos da União	2.192,1	3.200,1
Concessões	243,5	259,6
Outras	1.112,2	3.612,9

cota-parte de compensações financeiras em função do aumento do preço internacional do petróleo; ii) do crescimento de R\$ 1,0 bilhão na arrecadação de dividendos e iii) do crescimento de R\$ 2,5 bilhões em outras receitas, como consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/10	MAR/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.316,4	6.968,0
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.474,4	1.884,5
Total	12.953,3	9.015,0

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Fev	Mar
Terceiro Decêndio	14.647,1	8.010,7
Primeiro Decêndio	1.468,2	1.680,1
Segundo Decêndio	4.431,5	5.572,6
Total	20.546,8	15.263,3

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,31%	3,01%
CIDE - Combustíveis	0,04%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,70%	0,97%
Total	4,12%	4,09%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/10	MAR/10
Pessoal e Encargos	12.139,5	15.159,4
Custeio e Capital	13.835,4	19.983,3
Despesas do FAT	1.799,6	2.077,7
Subsídios e Subvenções	661,0	1.125,0
LOAS/RMV	1.977,7	1.830,2
Outras	9.397,1	14.950,5
Transferência ao Bacen	113,2	96,3

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em março, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 9,0 bilhões, contra R\$ 13,0 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 30,4%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,0 bilhões, com diminuição de R\$ 2,3 bilhões (25,2%) frente a fevereiro, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de fevereiro, com reflexo nas transferências de março.

Em relação ao primeiro trimestre de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 3,1 bilhões (10,3%), elevando-se de R\$ 29,6 bilhões em 2009 para R\$ 32,6 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo, bem como as maiores transferências a título de complementação do Fundeb (crescimento de R\$ 729,0 milhões) e do apoio financeiro instituído pela Lei nº 12.058/2009.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 35,2 bilhões, contra R\$ 26,1 bilhões no mês anterior. O crescimento de R\$ 9,2 bilhões (35,1%) decorreu basicamente do aumento nas despesas de Custeio e Capital de R\$ 6,1 bilhões (44,4%) e de R\$ 3,0 bilhões (24,9%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

O acréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao aumento de Outras Despesas de Custeio e Capital em R\$ 5,6 bilhões (59,1%), das despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas que evoluíram R\$ 463,9 milhões (70,2%), e do FAT em R\$ 278,1 milhões (15,5%). Por outro lado, houve redução nas despesas de LOAS/RMV, em R\$ 147,5 milhões (7,5%).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais cresceram R\$ 3,0 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento de sentenças judiciais e precatórios, no montante de R\$ 3,1 bilhões, contra R\$ 124,5 milhões em fevereiro de 2010.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o incremento das despesas ocorreu, principalmente, na execução dos Preços Agrícolas, especialmente nos Programas de Sustentação de Preços, com crescimento de R\$ 171,2 milhões,

(244,6%) e de Aquisição do Governo Federal – AGF, com incremento de R\$ 91,5 milhões (86,1%). Também registrou aumento o Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, no montante de R\$ 131,3 milhões (735,3%), enquanto os demais programas mantiveram desempenho equivalente ao mês anterior.

No caso das despesas do FAT, verificou-se execução de R\$ 2,1 bilhões em março, contra gastos de R\$ 1,8 bilhão realizados em fevereiro. Esta evolução decorre, principalmente, dos gastos com seguro desemprego que atingiram R\$ 2,0 bilhões este mês, montante superior em 25% ao realizado no mês anterior. Por outro lado, não houve gastos com benefícios de abono salarial PIS/Pasep em março, enquanto que no mês de fevereiro foram pagos R\$ 120,0 milhões, de acordo com o estabelecido no calendário de pagamento do abono referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605/2009

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 5,6 bilhões concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, com incremento de R\$ 4,4 bilhões (58,3%), e nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), em R\$ 165,7 milhões. Dentre as despesas discricionárias, houve aumento no desempenho dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,1 bilhão), da Educação (R\$ 1,0 bilhão), da Defesa (R\$ 866,3 milhões), da Previdência Social (R\$ 229,0) e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 225,6 milhões). Adicionalmente, houve aumento no desempenho do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em R\$ 521,8 milhões (43,2%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,63% do PIB no primeiro trimestre de 2010, contra 10,60 % no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 16,7 bilhões (22,0%) em relação a 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 14,0 bilhões (37,9%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 2,7 bilhões (7,0%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,15% para 6,39% do PIB (acréscimo de 1,24 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,88 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento em 0,35 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,05 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e, iv) redução de 0,04 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,21 p.p em relação ao PIB no período, passando de 5,41% em 2009, para 5,21% em 2010. Em termos nominais, o aumento foi de de R\$ 614,4 milhões (9,5%) no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de de R\$ 3,3 bilhões (11,8%) no Poder Executivo. As despesas com pessoal e encargos sociais aumentaram R\$ 2,7 bilhões. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 3,4 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 4,6 bilhões no mesmo período de 2009.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
 BRASIL, 2010 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	FEV/10	MAR/10
Agricultura	278,0	701,1
Custeio Agropecuário	3,4	4,3
Investimento Rural	-0,1	0,7
Preços Agrícolas	176,4	439,0
- EGF	0,2	0,2
- AGF	106,2	197,6
- Sustain. de preços	70,0	241,2
Pronaf	17,9	149,2
Pesa	0,0	32,1
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	75,1	66,8
FUNCAFÉ	5,4	9,0
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-30,2	5,5
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-0,9	-0,9
Exportação (Proex)	-29,3	6,4
Total	247,8	706,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
 BRASIL, 2010 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	FEV/10	MAR/10
Sentenças Judiciais	6,7	83,5
Legislativo	87,3	107,7
Judiciário	346,8	473,3
Crédito Extraordinário ¹	141,8	387,8
PAC ²	1.207,8	1.729,6
Outras ³	63,6	229,3
Discricionárias	7.543,1	11.939,3
d/q Min. da Saúde	3.551,2	4.678,7
Min. do Des. Social	1.281,3	1.262,9
Min. da Educação	779,5	1.799,1
Min. da Defesa	561,7	1.428,0
Min. da Ciência e Tec.	269,4	351,8
Min. do Des. Agrário	58,4	283,9
Min. da Justiça	155,2	213,6
Min. da Previdência	74,8	303,8
Min. dos Transportes	71,9	113,1
Min. das Cidades	38,9	119,5
Demais	700,9	1.385,0
Total	9.397,1	14.950,5

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,60%	11,63%
Pessoal e Encargos	5,41%	5,21%
Custeio e Capital	5,15%	6,39%
Despesas do FAT	0,71%	0,66%
Subsídios e Subvenções	-0,01%	0,35%
LOAS/RMV	0,62%	0,68%
Outras	3,82%	4,70%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

O comportamento das despesas com subsídios e subvenções no primeiro trimestre de 2010 decorre da redução dos retornos líquidos no âmbito do FND.

As despesas do FAT atingiram R\$ 5,3 bilhões nos três primeiros meses de 2010, contra R\$ 5,1 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 2,8 bilhões em 2010, contra o retorno líquido de R\$ 36,6 milhões em 2009. Esta evolução decorreu, em grande medida, da redução dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, que passaram de R\$ 2,1 bilhões em 2009 para R\$ 3,5 milhões em 2010. Adicionalmente, houve elevação no período das despesas dos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 216,3 milhões); ii) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 204,1 milhões); e iii) Sustentação de Preços (R\$ 190,9 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios de Custeio Agropecuário (R\$ 169,5 milhões), do Proex (R\$ 161,6 milhões) e do Pronaf (R\$ 42,5 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 925,6 milhões (20,7%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no primeiro trimestre de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	1.231,4	1.766,5
Custeio Agropecuário	180,1	10,6
Investimento Rural	15,7	8,5
Preços Agrícolas	599,5	1.082,7
- EGF	10,9	86,8
- AGF	347,1	563,4
- Sustent. de preços	241,5	432,4
Pronaf	232,6	190,1
Pesa	0,0	61,5
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	174,7	378,8
FUNCAFÉ	28,9	34,4
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-2.047,9	-151,8
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2.061,1	-3,5
- Exportação (Proex)	13,3	-148,3
Total	-816,5	1.614,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos
² Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.590,4	99,3
Legislativo	265,8	268,5
Judiciário	1.057,0	1.181,8
Crédito Extraordinário ¹	372,9	869,5
PAC ²	1.588,4	3.996,7
Outras ³	178,3	749,5
Discricionárias	22.368,9	30.330,1
d/q Min. da Saúde	10.733,7	12.411,1
Min. do Des. Social	3.336,2	4.311,9
Min. da Educação	2.179,0	4.116,9
Min. da Defesa	1.479,0	3.123,8
Min. da Ciência e Tec.	681,6	784,1
Min. do Des. Agrário	598,7	555,3
Min. da Justiça	430,2	597,8
Min. da Previdência	296,4	519,8
Min. dos Transportes	274,8	388,0
Min. das Cidades	118,7	222,8
Demais	2.240,5	3.298,4
Total	27.421,6	37.495,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2010						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
mar/01	1.231.030	-	414.304	-	816.727	-
mar/02	1.366.553	11%	487.030	18%	879.523	8%
mar/03	1.580.743	16%	596.885	23%	983.858	12%
mar/04	1.748.935	11%	706.703	18%	1.042.232	6%
mar/05	2.093.144	20%	953.395	35%	1.139.748	9%
mar/06	2.315.386	11%	1.086.712	14%	1.228.674	8%
mar/07	2.500.220	8%	1.197.257	10%	1.302.963	6%
mar/08	2.716.609	9%	1.312.881	10%	1.403.728	8%
mar/09	2.971.965	9%	1.442.940	10%	1.529.025	9%
mar/10	3.198.161	8%	1.551.103	7%	1.647.058	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 10,1 bilhões (36,7%) no primeiro trimestre de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-

se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 8,0 bilhões (35,6%), os Créditos Extraordinários, com elevação de R\$ 496,6 milhões (133,1%), e os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 512,9 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 1,9 bilhão), da Saúde (R\$ 1,7 bilhão), da Defesa (R\$ 1,6 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 975,7 milhões) e da Previdência Social (R\$ 223,5 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 9,5 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 5,1 bilhões (116,2%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros três meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 9,3 bilhões, equivalentes a 23,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 17,1% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 3,0 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 11,4% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), da Educação (R\$ 2,0 bilhões), da Defesa (R\$ 1,1 bilhão), da Ciência e Tecnologia (R\$ 424,7 milhões) e da Fazenda (R\$ 418,6 milhões).

Em março, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 6,7 bilhões contra um déficit de R\$ 3,8 bilhões em fevereiro (aumento de 77,9%), principalmente em função da elevação de R\$ 3,7 bilhões no pagamento de precatórios previdenciários no mês. No primeiro trimestre do ano, registrou-se um incremento do déficit de de R\$ 2,2 bilhões (17,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 5,1 bilhões (116,2%) em relação ao exercício de 2009.



Previdência Social

Em março de 2010, a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 6,7 bilhões. No primeiro trimestre deste ano, o déficit atingiu R\$ 14,2 bilhões, frente a R\$ 12,1 bilhões do ano passado. Com isto, o déficit passou de 1,68% do PIB, no primeiro trimestre de 2009, para 1,78% do PIB, no acumulado até março de 2010.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2010	2010	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	15.207,3	15.882,9	39.410,6	45.166,3
Arrecadação Bruta	16.868,4	17.518,3	44.771,4	51.208,5
- Contribuição Previdenciária	15.499,0	16.009,6	41.421,5	46.570,3
- Simples	1.262,7	1.316,0	2.781,3	4.183,8
- CFT	19,9	39,8	157,1	113,0
- Depósitos Judiciais	77,3	143,8	341,0	311,2
- Refis	9,5	9,2	70,6	30,3
(-) Restituição/Devolução	-52,1	-46,5	-122,1	-110,9
(-) Transferências a Terceiros	-1.608,9	-1.588,9	-5.238,7	-5.931,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	18.988,4	22.609,3	51.466,2	59.382,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.781,1	-6.726,4	-12.055,6	-14.215,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,68%	-1,78%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 15,9 bilhões em março, apresentando uma elevação de R\$ 675,6 milhões (4,4%) frente aos ingressos líquidos de fevereiro. Em relação ao primeiro trimestre de 2009, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,8 bilhões (14,6%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010 foi 7,2% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios em março alcançaram o montante de R\$ 22,6 bilhões, elevando-se em R\$ 3,6 bilhões (19,1%) com relação a fevereiro. O principal fator para esse aumento foi a elevação de R\$ 3,6 bilhões no pagamento de precatórios, determinado pelo Conselho da Justiça Federal, responsável pela execução orçamentária dos juizados especiais federais que julgam ações contra o INSS. Em relação ao primeiro trimestre de 2009, por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 7,9 bilhões (15,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 64,00 (9,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 676,4 mil (3,0%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais no primeiro trimestre de 2010 registrou um aumento de R\$ 619,5 milhões com relação ao mesmo período de 2009.

No estoque de benefícios do primeiro trimestre de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 586,1 mil aposentadorias

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	39.410,6	45.166,3	14,6%
Urbano	38.469,5	44.110,5	14,7%
Rural	941,1	1.055,8	12,2%
Benefícios	51.466,2	59.382,2	15,4%
Urbano	41.178,1	47.545,6	15,5%
Rural	10.288,1	11.836,6	15,1%
Res. Primário	-12.055,6	-14.215,9	17,9%
Urbano	-2.708,5	-3.435,1	26,8%
Rural	-9.347,0	-10.780,8	15,3%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAR			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	22,9	23,5	3,0%
Valor médio RGPS**	646,8	710,8	9,9%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

(4,0%) e de 171,4 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 96,1 mil benefícios de auxílio-doença (7,6%).

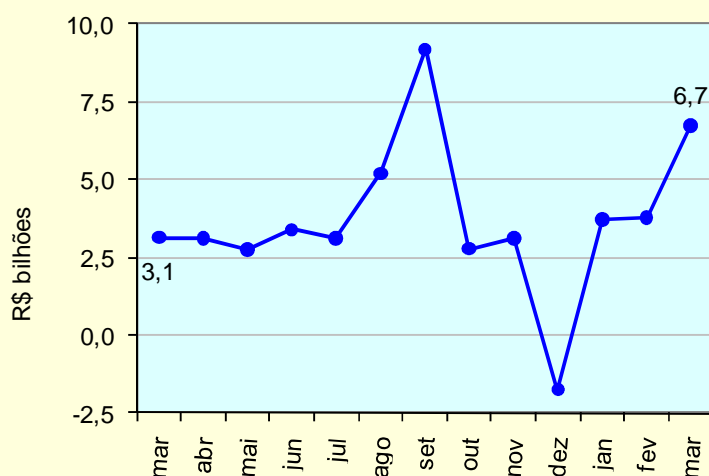
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

	Em mil benefícios			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.499	23.565	22.852	23.528
Previdenciários	22.722	22.781	22.053	22.745
Aposentadorias	15.139	15.158	14.555	15.135
Idade	7.895	7.906	7.556	7.893
Invalidez	2.908	2.908	2.848	2.906
Tempo de contribuição	4.336	4.343	4.150	4.335
Pensão por morte	6.481	6.484	6.305	6.478
Auxílio-Doença	987	1.022	1.092	1.015
Salário - maternidade	62	63	54	65
Outros	52	53	46	53
Acidentários	777	784	799	783
Aposentadorias	160	161	154	160
Pensão por morte	127	126	128	127
Auxílio - doença	140	148	165	146
Auxílio - acidente	276	276	273	276
Auxílio - suplementar	74	74	78	74

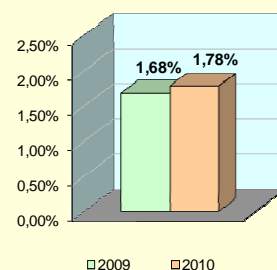
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,49%	5,66%
Urbano	5,36%	5,53%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	7,17%	7,45%
Urbano	5,74%	5,96%
Rural	1,43%	1,48%
Res. Primário	-1,68%	-1,78%
Urbano	-0,38%	-0,43%
Rural	-1,30%	-1,35%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,17 p.p. contra um crescimento dos gastos com benefícios previdenciários de 0,28 p.p em relação ao primeiro trimestre de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,78% do PIB, 0,10 p.p. maior que o registrado no mesmo período do ano anterior.

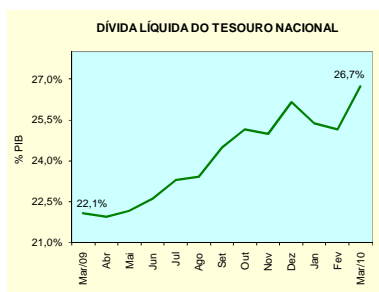
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009/2010



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)



Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 881,6 bilhões, o equivalente a 26,7% do PIB.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 881,6 bilhões em março, o correspondente a 26,7% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 62,7 bilhões, em termos nominais. Em relação ao PIB, o aumento foi de 1,6 ponto percentual. O aumento de R\$ 65,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida contribuiu para esse resultado, sendo parcialmente compensado pela redução de R\$ 2,5 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	540.251	721.828	787.089
I.1. Dívida Interna	1.751.401	1.994.165	2.057.893
I.2. Haveres Internos	1.211.150	1.272.337	1.270.804
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	130.070	97.029	94.479
II.1. Dívida Externa	130.450	97.307	94.740
II.2. Haveres Externos	380	278	261
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	670.321	818.857	881.568
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	22,1%	25,1%	26,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Dívida Interna Líquida

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 4,6 pontos percentuais, passando de 22,1% em março de 2009 para 26,7% em março de 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 211,2 bilhões, no mesmo período, resultado do crescimento de R\$ 246,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da queda de R\$ 35,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de março com um saldo de R\$ 787,1 bilhões, o equivalente a 23,9% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve crescimento de R\$ 65,3 bilhões em termos nominais, efeito da combinação da elevação de R\$ 63,7 bilhões no estoque da dívida e da redução R\$ 1,5 bilhão nos haveres internos. Em relação ao PIB, o aumento foi de 1,7 p.p.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 6,1 p.p., passando de 17,8% em março de 2009 para 23,9% em março de 2010. Em termos nominais, observou-se um crescimento de R\$ 246,8 bilhões, resultado do aumento de R\$ 306,5 bilhões no estoque da dívida interna compensado em parte pelo crescimento de R\$ 59,7 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

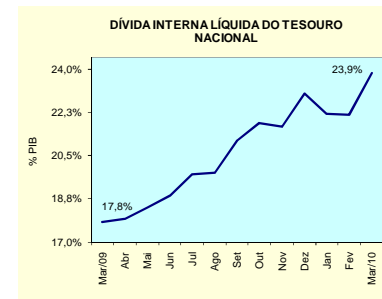
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 MAR	2010 FEV	2010 MAR
I. DÍVIDA INTERNA	1.751.401	1.994.165	2.057.893
I.1. Dívida Mobiliária	1.729.299	1.977.650	2.041.611
DPMFi em Poder do Público ¹	1.267.794	1.397.663	1.400.382
DPMFi em Poder do Banco Central	482.112	603.739	665.276
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(20.607)	(23.752)	(24.047)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.102	16.515	16.282
II. HAVERES INTERNOS	1.211.150	1.272.337	1.270.804
II.1. Disponibilidades Internas	385.985	354.982	352.044
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	448.267	440.665	443.633
II.3. Haveres da Administração Indireta	207.973	220.931	221.134
II.4. Haveres Administrados pela STN	168.925	255.760	253.994
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	540.251	721.828	787.089
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	17,8%	22,2%	23,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



Título	R\$ bilhões		
	2009 MAR	2010 FEV	2010 MAR
Em Poder do Público	1.268	1.398	1.400
LFT	471	526	500
LTN	212	229	241
NTN-B	311	352	361
NTN-C	58	58	59
NTN-F	169	194	201
Demais ¹	46	39	39
Aplic. em Tit. Púb.	-21	-24	-24
Na carteira do BCB	482	604	665
Total	1.729	1.978	2.042
% PIB	57,0%	60,7%	61,9%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, cresceu R\$ 64,0 bilhões comparativamente ao mês anterior (1,2 p.p. em relação ao PIB). Esse aumento da DPMFi está associado à emissão líquida de R\$ 43,4 bilhões, mais apropriação de juros no valor de R\$ 20,9 bilhões. Em relação a março do ano anterior, o aumento foi de R\$ 312,3 bilhões em termos nominais, ou 4,9 p.p. em proporção do PIB, passando de 57,0% para 61,9% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 2,7 bilhões, em decorrência do resgate líquido de R\$ 12,0 bilhões, contra uma apropriação de juros no total de R\$ 14,7 bilhões. Na carteira do Banco Central houve crescimento de R\$ 61,5 bilhões, consequência da emissão líquida no valor de R\$ 55,3 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 6,2 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LFT (redução de R\$ 25,9 bilhões), de NTN-B (aumento de R\$ 9,5 bilhões), e de LTN (aumento de R\$ 11,7 bilhões).

A Dívida Interna Líquida elevou-se em 1,7 p.p. do PIB em março, passando de 22,2% em fevereiro para 23,9% este mês.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, MAR/2010

Título	Saldo Fev/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Mar/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.397,7	36,0	-48,0	14,7	1.400,4
LFT	526,4	12,6	-42,4	3,8	500,5
LTN	229,2	12,5	-3,0	2,3	241,0
NTN-B	351,6	5,9	-1,6	5,2	361,1
NTN-C	57,9	0,0	-0,4	1,1	58,7
NTN-F	193,8	4,8	-0,1	2,2	200,6
Demais ¹⁴	38,7	0,2	-0,5	0,2	38,6
Na carteira do BCB	603,7	55,3	0,0	6,2	665,3
Total	2.001,4	91,4	-48,0	20,9	2.065,7

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2009/2010			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	MAR	FEV	MAR
Lei 9.496/97	319,0	320,1	323,0
MP 2.185/01	50,2	51,2	51,6
Lei 8.727/93	40,4	37,0	36,7
Antecipação de Royalties	12,2	10,3	10,3
Bônus Renegociados	8,9	6,3	6,2
Lei 7.976/89	1,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,5	15,8	15,8
Total	448,3	440,7	443,6
% PIB	14,8%	13,5%	13,4%

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 1,5 bilhão em relação ao mês anterior. Houve redução de R\$ 2,9 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 1,8 bilhão nos haveres administrados pela STN. No mesmo período, elevaram-se os haveres da administração indireta em R\$ 203,7 milhões e os haveres junto aos governos regionais em R\$ 3,0 bilhões.

Relativamente aos haveres da administração indireta, as maiores variações ocorreram nos haveres do FAT, com aumento de R\$ 643,6 milhões e nos Fundos Diversos com redução de R\$ 911,6 milhões. Nos haveres administrados pela STN, a variação mais significativa ocorreu no saldo dos haveres de legislação específica, cuja redução alcançou R\$ 941,0 milhões.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, aumentaram os saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, com crescimento de R\$ 3,0 bilhões e de R\$ 408,6 milhões, respectivamente.

O aumento expressivo do saldo referente às dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 decorrente do fato de que as amortizações ocorridas no período foram superadas pela incidência dos juros contratuais, medida pelo IGP-DI, que no mês de fevereiro registrou inflação de 1,1%. Pelos termos contratuais, a correção monetária é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de referência da apuração do saldo.

Dívida Externa Líquida

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 94,5 bilhões, contra R\$ 97,0 bilhões em fevereiro. Houve redução de R\$ 2,6

bilhões em termos nominais e de 0,1 p.p. do PIB. A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros no valor de R\$ 1,3 bilhão, da variação cambial negativa no montante de R\$ 1,5 bilhão e do resgate líquido de R\$ 2,4 bilhões.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA EXTERNA	130.450	97.307	94.740
I.1. Dívida Mobiliária	100.148	76.578	74.635
Euro	12.358	7.865	7.342
Global US\$	76.999	57.943	56.463
Global BRL	10.466	10.539	10.635
Demais	324	232	195
I.2. Dívida Contratual	30.302	20.729	20.105
Organismos Internacionais	25.463	17.278	16.802
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.839	3.450	3.302
II. HAVERES EXTERNOS	380	278	261
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	380	278	261
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	130.070	97.029	94.479
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	4,3%	3,0%	2,9%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em março de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 94,5 bilhões, equivalentes a 2,9% do PIB, contra R\$ 130,1 bilhões (4,3% do PIB) em março do ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 35,6 bilhões, passando de R\$ 130,1 bilhões em março de 2009 para R\$ 94,5 bilhões em março de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,4 p.p.

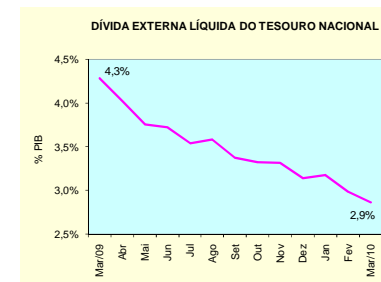
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, MAR/2010

Discriminação	Estoque Fev/10	Fatores de Variação				Estoque Mar/10
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	76.578	0	2.014	1.224	(1.153)	74.635
Global US\$	57.943	0	(1.248)	728	(960)	56.463
Euro	7.865	0	(729)	395	(189)	7.342
Global BRL	10.539	0	0	97	0	10.635
Demais	232	0	(38)	5	(4)	195
Dívida Contratual	20.729	12	(365)	118	(390)	20.105
Org. Internacionais	17.278	12	(283)	87	(292)	16.802
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.450	0	(82)	32	(98)	3.302
Total	97.307	12	1.649	1.342,6	(1.542)	94.740

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 78,8% (R\$ 74,6 bilhões); e a dívida contratual representa 21,2% (R\$ 20,1 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Março 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Mar/2009	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2010
I. RECEITA TOTAL	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,1	62.550,3
I.1. Receitas do Tesouro	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,2	46.492,6
I.1.1. Receita Bruta	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0
- Impostos	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9
- Contribuições	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6
- Demais ¹	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5
I.1.2. (-) Restituições	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0
I.3. Receitas do Banco Central	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8	174,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0
II.4. Demais	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (-II)	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.730,2	45.392,3	58.463,5	62.063,4	65.751,3	63.248,5	44.153,9	53.535,3
IV. DESPESA TOTAL	41.108,0	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	64.051,5	49.382,1	45.245,0	58.139,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.096,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6
IV.3. Custeio e Capital	12.259,1	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.878,2	17.126,9	13.835,4	19.983,3
IV.3.1. Despesa do FAT	2.065,6	1.705,4	1.920,2	1.925,4	4.920,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,7
- Abono e Seguro Desemprego	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5
- Demais Despesas do FAT	52,7	38,1	47,3	26,9	23,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	-1.489,9	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	700,3	965,9	661,0	1.125,0
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-1.704,7	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	398,2	857,2
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	344,0	194,7	262,8	267,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.615,5	1.581,2	1.598,3	1.593,2	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.977,0	1.830,2	1.830,2
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1	14.950,5
- Outras Despesas de Custeio	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5	8.583,3	9.959,1	11.411,9	10.287,8	6.815,5	10.878,7
- Outras Despesas de Capital ⁶	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3	3.373,3	3.223,7	6.972,7	2.859,9	2.581,6	4.071,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3
IV.5. Despesas do Banco Central	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	6.626,5	10.031,4	-366,9	-618,2	1.509,6	3.382,7	-7.813,7	11.234,9	10.662,8	1.699,8	13.866,4	-1.091,0	-4.603,9
VI.1. Tesouro Nacional	9.870,9	13.193,9	2.396,4	2.789,6	4.667,0	8.628,4	1.421,1	14.078,5	13.868,1	11,6	17.582,8	2.659,7	2.238,6
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5	-3.708,4	-3.781,1	-6.726,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3	6.049,7	-526,8	-317,5	-2.590,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1	-3.181,6	-3.463,6	-4.135,6
VI.3. Banco Central ⁹	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0	-68,3	-8,0	30,3	-116,0
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0	134,6	134,6	24,2	155,5	0,0	3,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.026,5	615,8	-22,8	-674,3	154,5	515,8	-206,2	7,6	-84,9	111,3	-484,0	390,0	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	-8.019,9	11.377,1	10.712,4	1.835,3	13.537,9	-701,0	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	-14.336,1	-11.491,3	-12.984,3	-11.793,9	-11.757,5	-8.150,6	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	-22.356,0	-114,2	-2.271,9	-9.958,6	1.780,3	-8.851,6	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2
RMV ⁵	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito

de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mar/2009	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2010
I. RECEITA TOTAL	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2	62.550,3
I.1. Receitas do Tesouro	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1	46.492,6
I.1.1. Receita Bruta	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0
I.1.1.1. Impostos	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9
IR	15.916,0	17.782,2	12.755,0	16.385,1	16.492,3	11.942,3	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6
IR - Pessoa Física	543,5	3.315,5	1.507,4	1.098,0	1.291,5	1.301,4	1.291,5	1.342,4	1.291,6	1.291,6	667,8	612,3	609,9
IR - Pessoa Jurídica	8.292,8	7.875,2	4.950,5	5.818,4	8.315,3	4.558,9	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3
IR - Retido na Fonte	7.079,7	6.591,6	6.297,2	9.320,5	7.079,1	6.091,8	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.623,9	4.217,2	3.811,0	4.119,8	3.954,5	3.966,6	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3
IRRF - Rendimentos do Capital	1.079,2	1.324,0	1.359,7	4.146,8	1.534,7	960,8	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4
IRRF - Remessas ao Exterior	893,5	602,7	670,4	614,8	1.151,1	654,6	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2
IRRF - Outros Rendimentos	483,0	447,7	456,1	439,0	438,8	509,8	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5
IPI	2.232,3	2.452,8	2.136,0	2.407,4	2.449,6	2.441,5	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5
IPI - Fumo	252,3	276,3	111,3	358,0	280,3	279,5	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6	295,3
IPI - Bebidas	155,1	147,4	176,7	169,8	185,4	177,4	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	168,7
IPI - Automóveis	55,9	214,5	144,7	170,3	199,6	174,0	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4
IPI - Vinculado a importação	828,0	637,3	636,3	636,1	640,4	631,9	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2
IPI - Outros	941,0	1.177,2	1.067,0	1.073,2	1.144,0	1.178,7	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0
IOF	1.298,8	1.427,0	1.451,5	1.505,3	1.628,9	1.571,9	1.453,3	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7
Imposto de Importação	1.611,3	1.184,7	1.149,8	1.149,6	1.244,9	1.290,9	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0
Outros	13,2	8,3	9,7	8,5	7,0	11,3	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1
I.1.1.2. Contribuições	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6
COFINS	8.302,2	9.295,3	8.867,6	9.399,5	9.831,3	9.832,2	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7
CPMF	40,3	9,5	13,0	11,8	10,7	32,6	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0
CSLL	4.527,4	4.239,7	2.611,0	2.757,8	4.355,8	2.573,6	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3
CIDE-Combustíveis	53,3	340,4	359,1	379,7	529,9	603,4	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2
Pis/Pasep	2.303,1	2.499,3	2.437,1	2.548,8	2.586,4	2.576,9	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6
Salário Educação	725,2	755,5	719,5	748,4	756,8	745,6	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9
Outras	252,8	320,8	294,2	313,0	428,5	315,0	352,1	313,5	345,5	372,5	462,8	304,0	447,9
I.1.1.3. Demais	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5
CPSS ¹	819,7	685,6	685,8	679,8	746,2	742,4	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1
Cota parte de compensações financeiras	721,8	2.218,9	839,1	1.063,3	2.884,4	938,3	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8
Diretamente arrecadadas	1.928,0	3.550,4	1.863,3	1.630,6	2.029,5	1.630,0	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3
Concessões	12,7	73,1	1.170,5	42,7	111,6	7,3	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0
Dividendos	785,4	1.618,4	3.755,7	1.135,9	1.719,6	7.814,3	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0
Outras	389,5	374,4	1.174,6	540,4	457,1	2.110,0	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3
I.1.2. (-) Restituições	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9
Urbana	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0
Rural	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0
I.3. Receitas do Banco Central	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8	174,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0
II.4. Demais	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5
II.4.1. Salário Educação	471,7	435,1	453,3	431,7	449,0	454,1	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	573,6	539,7	1.328,7	622,0	676,8	1.750,8	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1
II.4.3. Fundef/Fundeb	340,0	340,0	780,0	1.460,0	0,0	480,0	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1
II.4.4. Outras	15,2	12,8	765,0	209,5	21,1	12,1	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

	Mar/2009	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2010
I. DESPESA TOTAL	41.108,0	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	64.051,5	49.382,1	45.245,0	58.139,2
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4
I.2. Benefícios Previdenciários	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6
I.3. Custeio e Capital	12.259,1	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.878,2	17.126,9	13.835,4	19.983,3
I.3.1. Despesa do FAT	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,7
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	52,7	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,2
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	-1.489,9	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	700,3	965,9	661,0	1.125,0
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-1.704,7	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	398,2	857,2
Equalização de custeio agropecuário	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7
Política de preços agrícolas	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	176,4	439,0
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2
Equalização Aquisições do Governo Federal	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	106,2	197,6
Garantia à Sustentação de Preços	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2
Pronaf	2,6	8,0	106,1	22,4	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2
Equalização Empréstimo do Governo Federal	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5
Concessão de Financiamento ⁵	-4,0	3,1	-3,4	15,8	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7
Proex	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7
Concessão de Financiamento ⁵	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1
Cacau	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8
Funcafé	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0
Revitaliza	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	162,7	119,1	144,6	138,8	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	344,0	194,7	262,8	267,8
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2
I.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1	14.950,5
I.3.4.1. Sentenças Judiciais	14,7	15,4	15,1	17,5	30,8	9,4	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5
I.3.4.2. Legislativo/Judiciário	508,2	466,9	452,2	446,4	464,0	433,5	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0
Legislativo	94,7	91,2	90,8	87,2	80,9	92,3	84,9	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7
Judiciário	413,4	375,7	361,4	359,1	383,2	341,2	356,7	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3
I.3.4.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	123,1	226,8	189,8	761,2	176,6	212,5	326,5	131,6	146,4	262,1	339,9	141,8	387,8
I.3.4.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	611,1	998,0	1.180,8	1.064,3	1.692,2	1.208,6	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.059,3	1.207,8	1.729,6
I.3.4.5. Outras Obrigatórias	31,4	72,8	80,7	71,4	284,5	241,5	31,0	121,3	160,5	236,0	456,6	63,6	229,3
I.3.4.6. Discricionárias	8.779,3	9.096,8	9.411,7	9.114,9	9.064,1	8.595,8	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.847,6	7.543,1	11.939,3
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3
I.5. Despesas do Banco Central	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2
RMV ⁷	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3

* Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

	Mar/2009	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	57.785,2	59.479,9	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.555,2	62.514,6
I.1 - Recolhimento Bruto	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.201,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	-89,4	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4
I.5 - Receita do Salário Educação	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	55.902,5	56.454,8	67.537,3	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	68.407,7	54.442,8	58.358,0
II.1 - Liberações Vinculadas	10.159,3	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	538,5	10,8	12,3
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9
II.2 - Liberações Ordinárias	45.743,2	44.448,4	52.769,5	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.558,3	41.595,1	48.226,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.487,7	11.815,1	12.083,4	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	555,8	1.208,9	2.513,1	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,3	938,6
i) Dívida Contratual Interna	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5
ii) Dívida Contratual Externa	446,1	1.103,1	2.422,1	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.834,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	11.193,7	11.648,0	12.020,9	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.322,6	15.101,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.882,7	3.025,1	-5.283,9	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.852,7	14.112,4	4.156,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	25.684,9	-3.428,6	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	36.383,5	86.856,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	24.427,4	-4.900,3	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9
V. DESPESAS	26.021,7	27.675,6	27.050,4	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,8	35.107,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	656,0	34.462,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4
V.1.2 - Dívida Contratual	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,5	191,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	473,6	604,4	2.083,7	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-900,9	-31.787,9	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	34.032,5	51.352,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	11.772,3	-13.606,9	6.337,4	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-98.551,2	49.741,6	59.263,6

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mar/2009	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	10.226,4	25.972,2	17.396,8	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	3.023,5	3.357,8
I.1. Emissão de Títulos	7.585,4	22.865,1	14.003,8	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0
III. RESULTADO (I - II)	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	5.023,5	3.357,8

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/09	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.371,8	721.827,9	787.089,1
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3
DPMFi em Poder do Público ¹	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9
DPMFi em Poder do Banco Central	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9
Demais Obrigações Internas	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0
I.2. HAVERES INTERNOS	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.336,8	1.270.804,2
Disponibilidades Internas	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	352.043,6
Haveres junto aos Governos Regionais	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.664,7	443.632,7
Haveres da Administração Indireta	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.134,2
Haveres Administrados pela STN	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	253.993,6
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0
II.1. DÍVIDA EXTERNA	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1
Dívida Mobiliária	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5
Dívida Contratual	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.006,5	818.856,5	881.568,1
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	22,1%	21,9%	22,2%	22,6%	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,2%	25,4%	25,1%	26,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/09	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9
LFT	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9
LTN	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3
NTN-B	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0
NTN-C	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9
NTN-F	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6
Dívida Securitizada	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3
Demais Títulos em Poder do Público	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3
LFT	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2
LTN	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0
II. DÍVIDA EXTERNA	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5
Euro	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1
Global US\$	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4
Global BRL	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4
Demais Títulos Externos	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6
Organismos Multilaterais	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	62,0%	61,3%	61,5%	63,9%	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,5%	67,9%	64,0%	64,2%	65,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/09	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/10
I. HAVERES INTERNOS	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.336,8	1.270.804,2
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	352.043,6
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.664,7	443.632,7
Bônus Renegociados	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1
Antecipação de Royalties	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.197,4	10.282,3	10.261,7
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.427,7	2.404,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.134,2
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2
Fundos Constitucionais Regionais	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.864,6
Fundos Diversos	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	253.993,6
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.590,5
Haveres de Operações Estruturadas	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.346,1
Haveres Originários de Privatizações	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7
Haveres de Legislação Específica	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.713,9
Demais Haveres Administrados pela STN	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4
II. HAVERES EXTERNOS	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.615,1	1.271.065,2
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	39,9%	39,3%	39,3%	41,3%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,5%	41,7%	38,7%	39,1%	38,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MARÇO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	279.212,6	18.099,4	221,3	221,1	6.930,6	7.151,7	158.279,2	23.265,7	102,0	100,6	2.787,8	2.888,4
Senado Federal	47.287,9	6.662,7	671,8	657,0	2.249,3	2.906,3	43.858,0	2.915,4	178,9	178,9	1.778,6	1.957,5
Tribunal de Contas da União	44.069,8	884,9	30,3	30,3	8.258,6	8.289,0	59.523,7	2.628,0	270,7	270,7	7.890,0	8.160,7
Supremo Tribunal Federal	78.539,4	1.631,6	129,5	129,5	7.546,1	7.675,6	61.290,1	4.479,6	36,7	33,7	4.016,7	4.050,5
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	2.377,8	511,5	510,4	7.144,3	7.654,8	17.242,0	612,1	1,6	1,6	5.812,1	5.813,7
Justiça Federal ³	284.901,7	276.246,9	234.456,7	234.338,7	43.913,7	278.252,4	362.639,3	456.885,3	1.727,1	1.718,5	40.440,1	42.158,6
Justiça Militar	10.665,7	397,9	39,1	37,6	569,6	607,2	7.704,0	400,2	10,8	9,2	1.269,1	1.278,3
Justiça Eleitoral	165.001,3	75.459,3	1.160,1	1.119,0	44.898,9	46.017,9	450.415,4	111.686,5	638,6	589,7	55.662,3	56.251,9
Justiça do Trabalho	230.819,1	41.903,5	1.977,3	1.797,4	57.162,3	58.959,7	179.677,1	27.266,3	2.132,8	2.097,1	40.567,2	42.664,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.996,0	4.617,5	834,9	793,8	9.500,6	10.294,4	47.559,8	3.067,8	184,1	171,3	13.258,4	13.429,7
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	62.128,7	529,8	12,9	12,9	4.661,7	4.674,6
Presidência da República ⁴	1.763.765,9	292.579,7	839,1	793,8	80.869,2	81.663,0	1.775.554,9	276.909,6	6.213,3	5.942,7	121.304,6	127.247,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	407.330,6	3.729,2	208,2	201,3	5.835,8	6.037,1	838.003,8	67.519,3	6.625,1	6.617,8	167.993,5	174.611,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.172.208,0	13.389,9	4.502,1	2.355,4	97.422,0	99.777,5	1.518.632,8	7.080,9	318,5	54,9	87.304,0	87.358,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.479.714,5	194.396,8	114.154,9	77.990,3	115.185,6	193.175,9	1.875.147,5	88.374,5	13.230,7	10.789,4	139.707,4	150.496,8
Ministério da Fazenda	532.204,2	26.730,8	4.996,2	4.941,3	26.956,7	31.898,0	945.015,3	15.977,6	2.328,9	2.328,5	96.538,8	98.867,2
Ministério da Educação	5.023.403,8	277.388,5	22.869,4	15.350,7	417.660,3	433.011,1	6.599.115,1	464.431,3	28.709,7	23.769,8	1.233.872,4	1.257.642,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	172.473,3	3.296,2	1.046,8	1.025,9	6.698,5	7.724,4	316.168,1	1.926,2	584,7	584,7	4.729,7	5.314,4
Ministério da Justiça	913.695,7	53.320,8	769,0	759,1	70.792,4	71.551,4	1.191.457,8	7.990,5	633,4	518,8	89.483,4	90.002,2
Ministério de Minas e Energia	77.085,6	7.318,3	757,2	736,8	5.651,3	6.388,1	197.208,3	5.461,4	194,4	184,5	13.756,4	13.940,9
Ministério da Previdência Social	239.477,7	5.942,9	60,9	57,7	22.308,5	22.366,2	165.808,7	22.796,9	4.157,7	3.695,8	80.460,5	84.156,2
Ministério Público da União	149.092,1	9.977,3	82,5	82,5	35.469,3	35.551,8	160.443,1	2.399,6	228,7	228,7	30.573,8	30.802,5
Ministério das Relações Exteriores	122.416,0	5.793,9	5.477,6	5.477,6	1.604,1	7.081,7	163.000,0	10.706,9	8.503,1	8.503,1	1.919,9	10.423,0
Ministério da Saúde	3.644.624,5	74.736,6	8.719,1	8.139,3	319.152,3	327.291,6	4.446.449,5	272.035,7	44.635,0	44.430,3	411.598,6	456.028,9
Ministério do Trabalho e Emprego	82.768,4	78,0	27,9	27,9	7.224,8	7.252,7	40.934,3	706,7	95,5	95,5	11.585,7	11.681,2
Ministério dos Transportes	10.514.542,2	2.223.090,7	126.272,2	125.610,1	900.302,4	1.025.912,5	13.858.928,0	4.527.009,2	334.238,3	297.553,5	1.872.524,2	2.170.077,7
Ministério das Comunicações	99.929,8	82,3	20,0	20,0	15.001,2	15.021,2	46.941,4	1.432,3	36,9	36,9	2.154,4	2.191,3
Ministério da Cultura	228.897,1	6.960,5	55,0	55,0	20.492,1	20.547,1	413.450,6	14.450,5	58,7	46,1	24.576,6	24.622,8
Ministério do Meio Ambiente	180.638,0	1.736,4	103,1	103,1	8.878,8	8.981,9	106.312,8	2.187,3	135,0	135,0	10.300,3	10.435,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.226.337,7	467.115,1	27.280,7	27.280,7	80.126,2	107.406,9	1.830.583,5	98.283,1	809,6	809,6	133.612,4	134.422,0
Ministério do Esporte	1.006.549,9	2.899,9	-	-	45.933,9	45.933,9	1.076.180,3	1.552,6	30,6	30,6	34.486,2	34.516,8
Ministério da Defesa	4.780.703,1	894.489,9	129.680,9	122.907,3	489.661,6	612.568,9	9.286.517,1	1.698.867,2	1.136.457,5	1.124.493,9	973.298,1	2.097.792,0
Ministério da Integração Nacional	5.165.054,3	482.099,8	3.000,0	544,0	253.978,4	254.522,4	5.394.525,6	637.366,4	110.225,1	98.257,2	660.979,4	759.236,6
Ministério do Turismo	2.166.741,3	27.109,8	8,0	8,0	43.206,6	43.214,5	2.732.313,4	62.173,4	-	-	124.206,2	124.206,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	256.025,5	40.041,0	4.115,4	4.115,4	43.301,0	47.416,4	347.847,1	39.399,1	38.440,6	38.440,6	26.391,5	64.832,1
Ministério das Cidades	8.884.404,2	607.413,6	43.661,2	43.618,1	415.847,5	459.465,6	7.478.512,8	1.674.587,9	385.074,0	385.074,0	913.835,4	1.298.909,4
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	457.901,0	14.301,5	9,9	9,9	10.139,7	10.149,5
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	9,0	-	-	-	-
TOTAL	52.507.961,9	6.149.999,5	738.739,8	681.836,1	3.717.734,4	4.399.570,6	64.717.042,8	10.649.673,3	2.127.271,0	2.057.815,9	7.455.477,0	9.513.292,9

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

MARÇO / 2010

Comentários

Em março de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um decréscimo de - 25,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.372.690,8 (mil), ante R\$ 7.232.478,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Janeiro a	Fevereiro	Março	Janeiro a	Mar / 2010	Mar / 2010	Jan a
			Março			Março	Fev / 2010	Mar / 2009	Mar / 2010
FPM	3.287.191,0	2.627.837,4	9.441.080,5	3.698.426,4	2.747.398,8	9.475.018,2	-25,7%	4,5%	0,4%
FPE	3.141.093,4	2.511.044,4	9.021.476,5	3.534.051,8	2.625.292,0	9.053.905,9	-25,7%	4,5%	0,4%
IPI-Exp	195.087,0	150.451,7	561.227,0	220.605,6	201.687,1	649.056,1	-8,6%	34,1%	15,6%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MARÇO	- 31 %	- 25,7 %	- 31 %	- 25,7 %	- 5 %	- 8,6 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 13 %	+ 35 %	- 18 %
IPI - EXP	+ 5 %	+ 18 %	- 5 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2010 a 20/03/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	1.664.768	6.345.926	8.010.694	MAR/1º DEC	1.377.839	1.441.925	133.181	2.952.946
MAR/1º DEC	581.338	1.098.735	1.680.074	MAR/2º DEC	288.973	302.413	46.507	637.893
MAR/2º DEC	274.982	5.297.576	5.572.558	MAR/3º DEC	958.480	1.003.060	21.999	1.983.539
TOTAL	2.521.088	12.742.238	15.263.326	TOTAL	2.625.292	2.747.399	201.687	5.574.378

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	13.603,1	89.811,2	20,7
ALAGOAS	AL	65.407,3	109.214,8	544,1
AMAZONAS	AM	40.598,2	73.256,1	2.174,5
AMAPÁ	AP	9.744,4	89.575,0	212,8
BAHIA	BA	249.150,4	246.677,7	10.410,5
CEARÁ	CE	143.464,1	192.615,1	1.667,2
DISTRITO FEDERAL	DF	4.600,1	18.119,8	260,8
ESPÍRITO SANTO	ES	47.316,3	39.379,4	9.636,4
GOIÁS	GO	100.370,1	74.639,7	3.147,3
MARANHÃO	MA	114.492,6	189.498,8	2.088,0
MINAS GERAIS	MG	360.325,1	116.943,6	26.690,3
MATO GROSSO DO SUL	MS	41.837,1	34.968,9	1.917,8
MATO GROSSO	MT	50.749,1	60.589,1	2.494,0
PARÁ	PA	100.154,5	160.457,8	11.005,3
PARAÍBA	PB	88.783,6	125.722,6	360,2
PERNAMBUCO	PE	138.107,8	181.150,4	1.190,2
PIAUI	PI	72.841,9	113.449,4	69,9
PARANÁ	PR	186.467,2	75.692,4	17.771,3
RIO DE JANEIRO	RJ	83.190,6	40.106,6	31.824,0
RIO GRANDE DO NORTE	RN	69.276,8	109.682,1	293,4
RONDÔNIA	RO	24.157,8	73.917,7	387,9
RORAIMA	RR	8.460,2	65.125,6	13,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	186.340,5	61.820,4	24.079,9
SANTA CATARINA	SC	106.643,1	33.598,5	12.931,9
SERGIPE	SE	39.965,7	109.088,8	100,3
SÃO PAULO	SP	363.239,1	26.252,9	40.337,4
TOCANTINS	TO	38.112,1	113.937,7	57,6
TOTAL		2.747.398,8	2.625.292,0	201.687,1

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br